



**Município de Santa Marta de Penaguião  
Assembleia Municipal**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO  
MUNICÍPIO, NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

**N.º 06/2014**

**MESA DA ASSEMBLEIA:** Presidente – José Alberto Moreira Araújo, 1.ª Secretária - Rosa Martins Cardoso, 2.º Secretário – António Júlio Alves Fernandes. -----

**PRESENCAS:** José Emílio Esteves da Silva, José Fernando Fraga Granja, Cesário Pinto Canário, Leila Vanessa Rodrigues Queirós Cardoso, Paulo Sérgio de Sousa Prior, Alfredo Ribeiro Gouveia, Patrícia Alexandra Correia Fernandes, Adérito Ribeiro Silvério, Jóni André Borges Madureira, Eugénio da Conceição Rocha, João dos Santos Silva, Fernando José Mourão Gonçalves, Hugo Alexandre Cunha Sequeira, José Paulo Barreira da Mota, António Júlio da Costa Almeida, Manuel Augusto Mesquita Pinto e Fernando Borges Moreira, Membros da Assembleia. -----

**AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** Paula Cristina Morais Guedes Borges e Jorge Manuel Madureira da Silva Sampaio. -----

**AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS:** Não houve. -----

**PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL:** Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara, Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Luís Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior, Vereadores e António Augusto Amaral Sequeira, Chefe da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos. -----

**OUTRAS PRESENCAS:** Maria da Piedade Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica da Secção de Recursos Humanos, Expediente Geral e Arquivo. -----

**HORA DE ABERTURA:** 18:00 horas. -----

**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** Aprovada, por unanimidade, em minuta no final da Sessão.-----



----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- **1.1** – Apreciação e votação da Ata da sessão anterior. -----

----- **1.2** – Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos.

----- **1.3** – Assuntos de interesse para o Município. -----

----- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **2.1** – Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- **2.2** – Deliberar sobre a aquisição de Energia Elétrica em Média Tensão e Baixa Tensão Especial, por lotes, para as instalações do Municípios da CIMDOURO - autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar (alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Deliberação da Câmara Municipal de 7 de outubro de 2014). -----

----- **2.3** - Deliberar sobre a Revisão do Plano Plurianual de Investimentos 2014 (alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 25 de novembro de 2014). -----

----- **2.4** – Deliberar sobre a alteração ao Mapa de Pessoal 2014 (alínea o), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 25 de novembro de 2014). -----

----- **2.5** – Deliberar sobre a autorização para abertura de procedimento concursal de recrutamento excecional na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado na Carreira/Categoria de Técnico Superior (Licenciatura Desporto/Educação Física), (n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 13/2014, de 14 de março e 75-A/2014, de 30 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 25 de novembro de 2014). -----



- **2.6** – Deliberar sobre a autorização de Recurso à Lista de Reserva de Recrutamento do procedimento concursal, para recrutamento excecional, na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Determinado (termo resolutivo certo) de dois trabalhadores na Carreira/Categoria de Assistente Operacional, (n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 13/2014, de 14 de março e 75-A/2014, de 30 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 25 de novembro de 2014). -----
- **2.7** – Deliberar sobre a Fixação da Participação Variável no IRS (alínea c), do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 30 de outubro de 2014). -----
- **2.8** – Deliberar sobre a aprovação do Mapa de Pessoal para 2015 (alínea o), n.º 1, artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 30 de outubro de 2014). -----
- **2.9** – Deliberar emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais (Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 21 de junho - Deliberação da Câmara Municipal de 30 de outubro de 2014). -----
- **2.10** – Deliberar sobre a aprovação dos documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2015 (alínea a), n.º 1, artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 30 de outubro de 2013). -----
- **2.11** – Deliberar sobre a alteração dos montantes a transferir para as Freguesias no âmbito da Delegação Legal de Competências (alínea k), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 30 de outubro de 2014). -----



----- **2.12** – Deliberar sobre as formas de apoio às Freguesias – Comparticipação Financeira em Investimentos e no Programa Ocupacional e Aprovação das Minutas dos Contratos Interadministrativos, (alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 30 de outubro de 2014). -----

----- **3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou a sessão cumprimentando os membros da Assembleia, Executivo Municipal, o Senhor Chefe de Divisão, Dr. Sequeira e o público que mais uma vez quis participar na sessão. -----

----- Seguidamente foi feito o registo das presenças. Foram aceites as justificações das faltas dos Senhores Deputados, Paula Cristina Morais Guedes Borges (PS) e Jorge Manuel Madureira da Silva Sampaio (PS). -----

----- Após verificação da existência de quórum, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão. -----

----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”** -----

----- **1.1** – Apreciação e votação da Ata da sessão anterior. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa solicitou a concordância do Plenário para dispensa da leitura da ata da sessão realizada no dia vinte e seis de setembro de dois mil e catorze, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi aceite. -----

----- Seguidamente foi a referida Ata colocada à discussão e sujeita a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovada, por unanimidade.** -----

----- **1.2** – Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos. -

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento aos Senhores Deputados da correspondência recebida e remetida com antecedência a todos os membros, não se verificando quaisquer intervenções. -----

----- **1.3** – Assuntos de interesse para o Município. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de inscrições, tendo o Senhor Deputado Paulo Prior solicitado o uso da palavra, que iniciou o seu discurso endereçando os cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos seus colegas, ao público e funcionários presentes. Realçou a atribuição do Gabinete aos Senhores Vereadores da oposição e lamentou a posição que o Município de Santa Marta de Penaguião ocupa no índice de transparência, no ano de 2014, a posição 226 quando no ano anterior ocupava a posição 181. -----

----- Seguidamente apresentou um requerimento à Mesa que, depois de aceite, foi lido em voz alta: -----

----- *“O Grupo Municipal do PPD/PSD, ao abrigo do artigo 6º, n.º 3 do Regimento da Assembleia Municipal, vem expor e requerer o seguinte: -----*

----- *Expor que os Deputados Municipais têm direito a subsídio de transporte sempre que se desloquem do seu domicílio para assistir às reuniões, ordinárias e extraordinárias, do órgão deliberativo. -----*

----- *Requerer, atento ao exposto, desde o início do mandato, o pagamento do mesmo aos Deputados seguintes: -----*

----- - ALFREDO RIBEIRO GOUVEIA, com domicílio na avenida Rainha Santa Isabel, lote 14 B, 1.º Dt.º, 5000 – 434 - Vila Real; -----

----- - PATRÍCIA ALEXANDRA CORREIA FERNANDES, com domicílio na rua Dr. Amândio Figueiredo, 5030 – 043 – Cumieira SMP; -----

----- - EUGÉNIO DA CONCEIÇÃO ROCHA, com domicílio na avenida D. Dinis, 63, 4º Esq., 5000 - 600 – Vila Real; -----

----- - HUGO ALEXANDRE CUNHA SEQUEIRA, com domicílio no lugar da Trapa, n.º 5, 5030 – 134 – Fontes SMP; -----



----- - MANUEL AUGUSTO MESQUITA PINTO, com domicílio na rua das Eiras, n.º92, 5030 - 261 – Louredo SMP. -----

----- **No que respeita ao Deputado ADÉRITO RIBEIRO SILVÉRIO:** -----

----- Considerando que este Deputado tem **residência habitual no estrangeiro, concretamente na Bélgica, onde tem a sede e o centro da sua vida, profissional e familiar.** -----

----- Considerando que o regime legalmente definido para o pagamento das ajudas de custo e subsídio de transporte a que têm direito os Deputados Municipais, não estabelece qualquer restrição desses pagamentos ao Deputado Municipal que, residindo no estrangeiro, desloca-se para assistir às reuniões deste órgão. -----

----- Requer-se a V. Ex.<sup>a</sup> que se digne solicitar um **parecer jurídico** a uma entidade oficial (por exemplo CCDD Norte), sobre as questões seguintes: -----

----- Se este Deputado tem direito: -----

----- A) Ajudas a abonar como ajudas de custo em território nacional? -----

----- B) A título de subsídio de transporte, ao reembolso das viagens de avião, ida e volta, entre o aeroporto da sua residência habitual e o aeroporto internacional Português mais próximo da autarquia? -----

----- C) Também a título de subsídio de transporte ao reembolso, por cada deslocação, correspondente a duas viagens entre a sua residência habitual e o aeroporto, bem como entre o aeroporto nacional utilizado e a autarquia? -----

----- D) Esses valores devem ser contabilizados desde o início do mandato? -----

----- **Finalmente, caso se confirme o direito ao recebimento, fica desde já totalmente assente que o valor que se vier a apurar, a favor do Deputado Adérito Ribeiro Silvério, será integralmente doado aos Bombeiros Voluntários de Santa Marta de Penaguião e Fontes.** ” -----



----- Assinatura: “O Deputado, Paulo Prior”. -----

----- O Senhor Deputado, Adérito Silvério, solicitou a palavra para dizer o seguinte: -----

----- “O meu facebook pessoal apenas a mim vincula e representa. Ninguém é obrigado a vê-lo e só o vê quem quer. -----

----- Pelos vistos, o que lá digo e publico, além de ser objeto de agradecimento cínico por parte do Senhor Presidente da Câmara na última Assembleia Municipal, é também objeto de tentativa de aproveitamento político ao merecer honras de assunto para constar da Ata da Câmara Municipal. -----

----- Já agora gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se já se demarcou publicamente do membro do seu Grupo Municipal nesta assembleia que me insultou de “cobardolas” no facebook, um indivíduo reconhecidamente corajoso ao ponto de fazer desaparecer uma rede de um polivalente desportivo sem dizer o que dela fez e se isso rendeu alguma coisa, e quanto, à freguesia. E a Senhora Vice-Presidente que tem brincado com um assunto sério de saúde pública. -----

----- Sobre o uso de linguagem que em nada dignifica o concelho e as suas gentes, os senhores não recebem seguramente lições de mim, nem tenho essa pretensão.

----- Sobre as minhas limitações de escrita, os 14 erros gramaticais do vosso programa eleitoral, só para dar um exemplo, também não vos qualificam para me dar tais lições.

----- Sou um homem livre e a minha liberdade apenas termina onde começa a do meu semelhante e não onde vocês queriam que ela terminasse, que era logo à saída da porta de minha casa ou calando o meu facebook pessoal. -----

----- E como, no vosso entender, sou muito limitado na linguagem, vou usar uma frase que não é minha para vos responder: -----

----- Sendo “...a instituição do poder local livre, uma das grandes vitórias de Abril de 1974 e o direito à livre expressão uma das suas maiores conquistas, compete-nos, enquanto



*eleitos saber ler e respeitar a voz, a vontade e o sentimento do povo, e não cerceá-lo como alguns pretendem ou pretenderiam.” -----*

*----- Adivinhem lá quem a escreveu. Eu suspeito que não foram Vossas Excelências, senão cumpriam-na.” -----*

----- Solicitou a palavra o Presidente da Junta da Freguesia de Medrões, Senhor Paulo Mota, que iniciou a sua intervenção por cumprimentar a Mesa, Executivo Municipal, Deputados Municipais e público presente. Seguidamente dirigiu a palavra ao Senhor Deputado Adérito Silvério, para lhe dizer que quando quiser falar de algum assunto terá que ter conhecimento de como as coisas se passam, e que não deverá denegrir a imagem do concelho através das redes sociais, mas sim, como membro daquela Assembleia Municipal, ficar-lhe-ia bem apresentar soluções para a resolução dos problemas. Disse, ainda, que quanto à famosa rede de Medrões, aquele é um assunto que diz respeito à Junta e Assembleia de Freguesia que representa e esse órgão nada referiu sobre o assunto. -----

----- Seguidamente, solicitou a palavra o Senhor Deputado Alfredo Gouveia que depois de cumprimentar os presentes falou de um projeto que foi elaborado pela CIMDOURO, em 2012, relativamente à regionalização da Região Demarcada do Douro. Disse que esse projeto defendia, em grande parte, os pequenos agricultores, e que uma das medidas passava pela obrigação de ao vinho do Porto só poder ser adicionada aguardente vínica da região. Disse, também, que na altura viu os políticos envolvidos nesse assunto e pensou que o pudessem levar a “bom porto”, mas com o decorrer do tempo foram surgindo entraves e o assunto tem sido esquecido. Mais disse que, na última reunião da CIMDOURO o assunto não foi abordado e que se apercebeu que os elementos que faziam parte da anterior CIM foram esmorecendo e atualmente não se acredita no projeto. -----



----- Neste seguimento, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre qual era a sua opinião sobre o assunto, e, se ainda havia alguma esperança que o mesmo fosse para a frente.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção endereçando os cumprimentos ao Senhor Presidente da Assembleia, à Mesa, ao Membros da Assembleia, aos seus colegas do Executivo e público presente. -----

----- Prosseguiu, dirigindo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Prior para lhe dizer que o Gabinete foi disponibilizado aos Senhores Vereadores do PPD/PSD, conforme já tinham dito e assumido anteriormente, que o fariam logo que possível, e, assim, foi cumprido. Quanto ao índice de transparência, o Senhor Presidente da Câmara disse que só fazia sentido falar nele se o soubessem calcular. Questionou se os Senhores Deputados da oposição sabiam como se fazia essa avaliação, e onde a Câmara Municipal de Santa Marta está bem e onde está mal. Informou que a mesma se reflete em 7 parâmetros e em 75 itens, e que a transparência económico-financeira é de 71%, levando a concluir que Santa Marta é uma das Câmaras mais transparentes. -----

----- Continuou, dizendo que esta não é uma posição confortável e comprometeu-se que, em 2015, tudo faria para que Santa Marta fique nos primeiros cinquenta lugares. -----

----- Ao Senhor Deputado Alfredo Gouveia, o Senhor Presidente da Câmara disse que na sua opinião pessoal o projeto da CIMDOURO de 2012 não é exequível, pois fazer o vinho do porto produzido somente com aguardente vínica da região, ficaria muito caro e viria questionar a comercialização do vinho produzido até então. Mais disse que a solução passará por cativar os grupos exportadores, que já têm 40% da produção, para juntos, produtores e exportadores, enriquecerem. -----

----- O Senhor Deputado Alfredo Gouveia pediu a palavra para dizer que acredita no documento, que ele é positivo para região, e que acredita que sem o poder político os



pequenos agricultores não conseguem ir para a frente, e, que também não tem dúvidas que quem barrou o projeto foram os exportadores. Incitou a que o documento deva ser falado e defendido pelas Câmaras Municipais, pois considera que se ele fosse para a frente o Concelho de Santa Marta e outros com a mesma realidade, ficariam mais fortes economicamente. -----

**----- 2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”: -----**

----- **2.1** – Informação do Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, declarou, aberto o período de intervenção dos Senhores Deputados, não se registando qualquer pedido o Senhor Presidente da Câmara pediu o uso da palavra para prestar informações e esclarecimentos: -----

----- - Informou sobre a fusão das Águas do Norte, que vão fundir cinco subsistemas, onde está incluída a empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. Informou, também, que as Câmaras Municipais que compõem a Associação do Vale Douro Norte vão dar um parecer favorável a essa fusão, por considerarem ser vantajoso para os municípios, tendo em conta que o metro cúbico da água irá descer de 0,70€ para 0,49€, com uma garantia de que em cinco anos terá um aumento máximo de 0,05€. No entanto, confirmou que ainda há situações que não estão corretas, como a obrigatoriedade de pagamento dos consumos mínimos e, no respeitante às águas pluviais, tudo o entrar na ETAR será pago. Informou, ainda, que apesar de ser a Câmara Municipal a emitir o parecer favorável, será a Assembleia Municipal a aprovar a fusão, por se tratar de um projeto para trinta anos. -----

----- Comunicou que por terem atingido o ponto de equilíbrio financeiro, atribuíram e pagaram os subsídios às Associações Culturais e Desportivas do Concelho. -----

----- Informou que o muro, junto ao Bairro de Nossa Senhora da Guia estava a ser construído pela empresa que efetuou as infraestruturas do gás, por terem admitido ser da



sua responsabilidade e que também estavam a averiguar a responsabilidade quanto à situação existente no Pavilhão Municipal. -----

----- Considerou que a existência de escorpiões em Sanhoane é um problema de saúde pública e que, juntamente com a UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e o Centro de Saúde, estão a tentar resolver o problema. Informou que da primeira vez colocaram ouriços-cacheiros, uma vez que estes eliminam os escorpiões, mas os cães mataram os ouriços e que, agora, estão a aguardar autorização superior para colocarem uma rede com isco, para tentarem minimizar o problema. -----

----- Também informou que está a decorrer investimento em Santa Marta, uma vez que, em dezembro, iriam adjudicar os Lotes da Zona Oficial, que apareceram investidores na área da biomassa e da resina, assim como a construção das duas novas adegas. -----

----- Solicitou, encarecidamente, que tudo o que fosse publicitado tivesse presente a imagem de Santa Marta, e que todos, dentro das suas possibilidades a respeitassem. -----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior pediu esclarecimentos sobre o seguinte: -----

----- Quais as ações efetuadas tendentes à execução e quais os desenvolvimentos posteriores sobre a proposta de adesão à Douro Alliance, apresentada pelo Grupo do PPD/PSD, na sessão de 28 de fevereiro de 2014, e aprovado por unanimidade. -----

----- Se os planos estabelecidos para a execução da obra do complexo escolar continuam a ser cumpridos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que ainda não foi formalizado o pedido de adesão à Douro Alliance porque têm tido algumas dificuldades, e que pretendem, inicialmente, fazer uma abordagem junto dos Senhores Presidentes de Junta para averiguar da sua disponibilidade. -----

----- Continuou dizendo que, relativamente à escola, o prazo de execução está quatro a cinco dias à frente do previsto, e antevê-se que no dia nove de janeiro a parte do betão



estará no prazo certo, e as alvenarias estarão adiantadas em quinze dias. Acrescentou que a nível dos pagamentos os prazos estão a ser cumpridos, quer por parte da Comissão de Coordenação da Região Norte, quer por parte do município na entrega dos valores ao empreiteiro. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal assegurou que os trabalhos estão a ser executados de uma forma muito organizada, que existe um grupo de trabalho muito dinâmico e que acredita que os prazos irão ser cumpridos. -----

----- **Deliberação: Tomado Conhecimento.** -----

----- **2.2** – Deliberar sobre a aquisição de Energia Elétrica em Média Tensão e Baixa Tensão Especial, por lotes, para as instalações do Municípios da CIMDOURO - autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar (alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

----- Esta proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara realizada no dia 7 de outubro de 2014. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de inscrição, foi o ponto colocado a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade.** -----

----- **2.3** - Deliberar sobre a Revisão do Plano Plurianual de Investimentos 2014 (alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Esta proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara realizada no dia 25 de novembro de 2014. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de inscrição, foi o ponto colocado a votação. -----



----- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade.** -----

----- **2.4** – Deliberar sobre a alteração ao Mapa de Pessoal 2014 (alínea o), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Esta proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara realizada no dia 25 de novembro de 2014. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de inscrição, foi o ponto colocado a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade.** -----

----- **2.5** – Deliberar sobre a autorização para abertura de procedimento concursal de recrutamento excecional na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado na Carreira/Categoria de Técnico Superior (Licenciatura Desporto/Educação Física), (n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 13/2014, de 14 de março e 75-A/2014, de 30 de setembro. -----

----- Esta proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara realizada no dia 25 de novembro de 2014. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou, aberto o período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de inscrição, foi o ponto colocado a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade.** -----

----- **2.6** – Deliberar sobre a autorização de Recurso à Lista de Reserva de Recrutamento do procedimento concursal, para recrutamento excecional, na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Determinado (termo resolutivo certo) de dois trabalhadores na Carreira/Categoria de Assistente Operacional, (n.º 2 do artigo 64.º da Lei

n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 13/2014, de 14 de março e 75-A/2014, de 30 de setembro. -----

----- Esta proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara realizada no dia 25 de novembro de 2014. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou, aberto o período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais, não se registando outros pedidos, usou da palavra para agradecer ao Executivo Municipal a preocupação que têm tido na resolução dos problemas inerentes à educação, mais concretamente no pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico. Afirmou que a situação que se vive hoje no concelho, fruto das obras de intervenção da construção da nova escola, requer uma equidade no acompanhamento e vigilância das crianças, assim, agradeceu também, ao Executivo Municipal, em nome do Agrupamento de Escolas, a colaboração, disponibilidade, prontidão e rapidez na resolução de problemas a nível da colocação de recursos humanos para o acompanhamento e vigilância das crianças. -----

----- Seguidamente, colocou o ponto a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade.** -----

----- **2.7** – Deliberar sobre a Fixação da Participação Variável no IRS (alínea c), do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Esta proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara realizada no dia 30 de outubro de 2014. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou, aberto o período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado José Granja, que depois de cumprimentar os presentes, aplaudiu a proposta apresentada pelo Executivo Municipal e esclareceu que a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou a Lei das Finanças Locais, veio alterar



profundamente a maneira de apurar as receitas pagas pelos contribuintes, através do IRS, e que cabem à Câmara Municipal. Mais esclareceu que, anteriormente, a receita era determinada por uma prestação fixa, e que para 2016 será atribuída em função do IRS cobrado aos munícipes do concelho através de uma prestação variável que vai zero a cinco por cento. Considerou que é uma medida revolucionária, uma vez que o excedente à taxa a aprovar por aquela Assembleia será uma dedução ao IRS de cada contribuinte. Considerou que será uma forma de financiar o município, mas que também vai amenizar a tributação de IRS dos contribuintes. Estes ficam a saber o que a Câmara Municipal lhes cobra, mas, também o que lhes perdoa. Por tal, propõe ao plenário a aprovação da proposta uma vez que não compromete as receitas do município e alivia os contribuintes em igual montante. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou o ponto a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade. O Grupo Municipal do PPD/PSD apresentou a seguinte declaração de voto: “O Grupo Municipal do Partido Social Democrata de Santa Marta de Penaguião vem realçar e reconhecer o papel activo e construtivo dos Senhores Vereadores do PPD/PSD na fixação da participação variável do IRS e na proposta apresentada para que a partir de 2016 o Município possa abdicar da participação de 5% do IRS dos Penaguienses”** -----

----- **2.8** – Deliberar sobre a aprovação do Mapa de Pessoal para 2015 (alínea o), n.º 1, artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Esta proposta foi aprovada, por maioria, em reunião de Câmara realizada no dia 30 de outubro de 2014. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberto o período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de inscrição,





foi o ponto colocado a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovado, por maioria, com a abstenção do Grupo Municipal do PPD/PSD.** -----

----- **2.9** – Deliberar emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais (Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 21 de junho). -----

----- Esta proposta foi aprovada, por maioria, em reunião de Câmara realizada no dia 30 de outubro de 2014. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberto o período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de inscrição, foi o ponto colocado a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovado, por maioria, com a abstenção do Grupo Municipal do PPD/PSD.** -----

----- **2.10** – Deliberar sobre a aprovação dos documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2015 (alínea a), n.º 1, artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Esta proposta foi aprovada, por maioria, em reunião de Câmara realizada no dia 30 de outubro de 2014. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberto o período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais, solicitou o uso da palavra o Senhor Deputado Paulo Prior para dizer que iria debruçar o seu discurso na introdução do documento, por ser a parte mais política. -----

----- Informou que o Grupo Municipal do PPD/PSD não apresentou nenhuma proposta para elaboração do orçamento, por previamente terem estabelecido que todas as propostas a apresentar seriam relativas às Juntas de Freguesia de Fontes e Louredo, tendo em conta

as necessidades da população e consideradas prioritárias pelos Senhores Presidentes de Junta e às famílias desfavorecidas. Sendo confrontados com os documentos, verificaram que quase todas as pretensões das Freguesias estavam ali contempladas e que relativamente às famílias desfavorecidas o ponto não merecia reparo por constatarem, na página 24 do documento, que o apoio a estas famílias teve um aumento de 218,65%, realçou ser um aumento muito significativo face a 2014, mas não face a 2013. -----

----- Colocou ao Senhor Presidente da Câmara as questões que se seguem, sobre alguns pontos específicos referidos no documento: -----

----- 1 – A que diz respeito, na página 26, a aquisição de terrenos do domínio privado municipal; -----

----- 2 – Transferências para as Juntas de Freguesia, o porquê uma diminuição de quase 47%; -----

----- 3 – Requalificação de parques e miradouros, quais? -----

----- 4 – Para que servem cinco mil euros alocados, a cada uma das obras, Reabilitação do Bairro em Medrões, Construção da rede de saneamento da Póvoa da Serra? -----

----- 5 – Prolongamento das redes de abastecimento de água, quais? -----

----- 6 - Requalificação da Zona Verde de Santa Comba, fazer o quê? -----

----- 7 - Requalificação dos polivalentes desportivos, quais? -----

----- 8 – Povoar a Serra do Marão, o que significa? -----

----- 9 – Que terrenos pretende adquirir relativamente à incubadora de empresas? -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que, no ano transato, o Grupo Municipal do PPD/PSD acusou o Executivo Municipal de não ter cumprido o Estatuto do Direito da Oposição, não tendo, este Grupo Municipal, tempo para se pronunciarem sobre o documento, e por isso abstiveram-se na aprovação do mesmo. Disse ainda que, este ano, foi cumprido o Estatuto do Direito de Oposição, abriram à



discussão do Grupo Municipal do PPD/PSD, estavam abertos às propostas apresentadas e estariam disponíveis para as aceitarem, mediante o orçamento que tinham feito, da mesma forma que aceitaram, quase na íntegra, as propostas dos Senhores Presidentes de Junta, uma vez que têm um conhecimento mais profundo das necessidades das populações, e que o PPD/PSD não apresentou qualquer proposta. -----

----- Continuou dizendo que é preciso perceber como o documento funciona, pois se não o executarem em 85%, em dois anos seguidos, há sanções. Lembrou que também existe o quadro comunitário, que vão ser feitas candidaturas, que acreditam que vão ter sucesso, e, por outro lado, não é um documento fechado na medida em que pode haver uma grande obra, aberta apenas com um euro. Lembrou, ainda, que ao analisar o documento poderiam ver que o mesmo está fechado para os três anos e, para 2016, não será possível apresentar propostas. -----

----- Informou que há muitos Miradouros e terrenos, também, e que a Câmara Municipal os irá comprar, só que, atualmente, não precisam de dizer quais são os imóveis, mas a seu tempo o dirão. -----

----- Referiu que o documento tem uma dinâmica que se adequa ao quadro comunitário e que foi discutido com os Senhores Presidentes de Junta e aprovado em reunião de Câmara, em 30 segundos, não tendo surgido dúvidas. Referiu também que, quanto aos caminhos agrícolas, existem 24 ou 25 identificados, nos quais pretendem intervir, por considerarem que as acessibilidades são da máxima importância e serve de incentivo aos agricultores para explorarem as suas terras. -----

----- Informou que para o Marão pretendem desenvolver um projeto de intervenção que poderá contemplar a floresta, a pastorícia, a agricultura ou o turismo, e, que poderá haver um projeto, por exemplo para a floresta e para turismo que avancem em conjunto, e assim, a verba contemplada serve de “chapéu” ao que pretendem fazer. -----

---- Informou que o Programa Solidarius - Programa de Apoio ao Medicamento, vai possibilitar ajudar só quem merece o apoio. -----

----- Continuou dizendo que adquiriram o Espaço Frei João de Mansilha e o Espaço Douro Vivo, para desenvolvimento de projetos relacionados com a cultura e a economia, e que juntamente com a incubadora de empresas e a plataforma logística dos produtos locais, acreditam que Santa Marta, se afirmará, no Douro, na região norte e no país. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou o ponto a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovado, maioria, com seis abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD.** -----

----- **2.11** – Deliberar sobre a alteração dos montantes a transferir para as Freguesias no âmbito da Delegação Legal de Competências (alínea k), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Esta proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara realizada no dia 30 de outubro de 2014. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberto o período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de inscrição, foi o ponto colocado a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade.** -----

----- **2.12** – Deliberar sobre as formas de apoio às Freguesias – Comparticipação Financeira em Investimentos e no Programa Ocupacional e Aprovação das Minutas dos Contratos Interadministrativos, (alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Esta proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara realizada no dia 30 de outubro de 2014. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de inscrição, foi o ponto colocado a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade.** -----

----- **3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”:** -----

----- A Mesa não registou quaisquer pedidos de intervenção do público. -----

----- Esgotados os assuntos da Ordem de Trabalhos, foi feita a leitura da minuta da ata. ----

----- E nada havendo mais a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Rosa Martins Cardoso, com funções de 1.ª Secretária, que a elaborei. Foi encerrada quando eram 20:00 horas. -----

O Presidente da Assembleia,

José Alberto Moreira Araújo

1.ª Secretária,

Rosa Martins Cardoso

Rosa Martins Cardoso